

O Mito Asiático da controlabilidade do capital

O “boom” asiático propagado nos meios de comunicações foi anunciado na década de oitenta e meados da de noventa como a redenção do capitalismo diante da crise econômica global que oscilava no mercado internacional com forte tendência crescente da queda de lucro.

A imagem de uma superpotência que se afirmava no mercado internacional devido a um novo modelo de produção, o toyotismo, colocava a economia japonesa no rank do principal país que soubera estabelecer o controle da crise, conforme a propaganda “devido à eficiência de sua cultura disciplinada e de alta qualidade produtiva”. A industrialização japonesa prometia o sucesso da eternidade do capital, sua controlabilidade, e consequentemente o fim da utopia socialista, colocada como arcaica e superada.

No discurso da eficiência e da eficácia da economia japonesa estava em jogo a defesa da exigüidade do neoliberalismo. Ao lado do Japão, os quatro tigres: Singapura, Hong-Kong (região Chinesa), Coreia do Sul e Taiwan, e posteriormente a Tailândia, Malásia e Indonésia (conhecidos como novos tigres), representaram a garantia de um modelo regionalizado, um bloco econômico, que significava a integração e o fortalecimento das economias de mercado, contradizendo o modelo de economia local nacional.

A articulação entre esses países, garantiu uma política cambial de baixíssimo custo favorecendo a economia especulativa norte americana (em baixa). Em resposta a ajuda financeira recebida do tesouro norte americano a juros baixos, inicialmente a economia japonesa investiu na tecnologia industrial, e obteve os super lucros via a superexploração do trabalho, à base de baixíssimos salários (horas de trabalho não pagas).

Entretanto por outro lado a economia, dos conhecidos Tigres Asiáticos, sob o modelo da plataforma da exportação, tornou-se refém à especulação ocidental e ao controle dos EUA que expandiram suas multinacionais em território asiático submetido ao capital financeiro especulativo.

A garantia de tal política de dependência foi possibilitada pela intervenção do Estado, que garantiu os lucros especulativos sob a forma de empréstimos, de capital fictício, de dividendos privados, estimulando a especulação do mercado interno e consequentemente o endividamento público. Sob a dependência de grandes multinacionais e com uma economia fictícia, o endividamento privado e público (grande parte da receita dos Estados estava comprometida no pagamento de juros) foi se acumulando resultando no colapso do sistema financeiro, da falência da economia.

A consequente crise na economia desses países fez cair o mito da qualidade total, como alternativa às crises cíclicas do capital. No entanto um novo mito do milagre asiático vem sendo conclamado. A China tem aparecido nos últimos anos como nova alternativa para a especulação financeira, como nova perspectiva futura de superação das crises cíclicas, do crescimento da economia mundial.

Esta nos últimos anos tem apresentado aumento nas taxas de crescimento sem com isto significar melhoria para a qualidade de vida da população. Com 1,3 bilhão de pessoas, com a industrialização voltada à exportação, principalmente para os EUA, a China passou a ser um espaço aberto para investimentos diretos de firmas ocidentais e japonesas (multinacionais que controlam as exportações), obtendo altos lucros diante da intensidade da superexploração do trabalho, na quase totalidade de trabalho escravo. O capital se retroalimenta do trabalho não pago de forma predatória

Aos mitos passageiros da salvação capitalista é preciso não esquecer que o discurso desenvolvimentista tem como motor os valores computados por percentuais quantitativos que indicam concentração de riqueza para um grupo cada vez mais seletivo, enquanto se amplia em escala crescente à miséria.

Quanto maior o desenvolvimento desigual mais as contradições aumentam e mais o capitalismo avança para a Barbárie, contrariando as expectativas dos mitos da redenção do capital.

A escolha permanece: Socialismo ou Barbárie.

EDITORIAL

SPARTAKUS tem como significado a crítica radical contra o capital. Representa vozes que conclamam para a formação cada vez mais forte dos que permanecem crédulos da necessidade do rompimento do poder dominante, que controla a produção e que de forma mais violenta possível destrói todas as formas de representação humana produzindo miséria, guerra, destruição.

SPARTAKUS tem como propósito se contrapor ao caráter em que se reveste a mercadoria submetendo todas as relações entre os homens em relações mercantis, onde os valores de usos se transformam em meios, mercadorias. Transformando todas as manifestações vitais da sociedade, das necessidades como manifestações da própria imagem da mercadoria, como se fossem regidas por leis naturais e universais independentes das vontades das mulheres e dos homens.

SPARTAKUS tem como objetivo a denúncia contínua e radical contra os efeitos destruidores do caráter desumanizado e desumanizante da relação mercantil.

NESTA EDIÇÃO:

A Índia, uma grande potência?¹ - pág. 2

Quem se beneficia com o tráfico do ópio do Afeganistão?² - pág. 3

A crise atômica asiática - pág. 3

A guerra secreta contra um povo indefeso³ - pág. 4

(baseados em textos de Samir Amin¹, Michel Chossudovsky² e John Pilger³)



Com uma população superior a um bilhão e com uma taxa de crescimento económico acima da média mundial, a Índia é hoje identificada frequentemente como uma das prováveis grandes potências do século XXI. Uma rápida análise do contexto histórico demonstra que as condições necessárias para que a Índia venha a ser uma grande potência estão longe de estar asseguradas.

Na Índia pré-colonialista, as terras eram repartidas pelas comunidades das aldeias, de forma proporcional (com base em princípios altamente desiguais, baseados no sistema de castas hierárquicas). Estas comunidades, por seu turno, estavam sujeitas a uma comunidade política superior, o Estado (que cobrava impostos às comunidades sob a sua autoridade).

A colonização britânica, impondo o modelo do capitalismo ocidental, implantou sistematicamente formas de propriedade privada das terras agrícolas, o que impediu o seu acesso à maior parte dos camponeses. A maioria dos camponeses viu-se transformada numa classe pobre, praticamente sem terras. A colonização também levou a cabo uma desindustrialização da Índia, avançada na altura, em benefício da Grã-Bretanha que estava em vias de industrialização. A Índia foi transformada num país capitalista, dependente da agricultura.

Claro que a colonização britânica teve o maior cuidado em não combater o sistema de castas, escondendo-se por detrás do argumento hipócrita do respeito pela tradição (o que não fizeram quando isso não lhes convinha como, por exemplo, quando privatizaram a propriedade das terras!).

Com a independência, a Índia deu prioridade à sua industrialização, o que foi encarado com um alto grau de sistematização, pelo menos inicialmente. Para além disso, promoveu-se a combinação do grande capital privado indiano com as empresas do setor público, para colmatar as falhas do sistema de produção herdado da

colonização, acelerar o crescimento e reforçar as indústrias básicas.

Este plano de modernização industrial acelerada, acompanhado por um plano para o desenvolvimento da produção agrícola (cereais principalmente), baseado na revolução verde (que substituiu a reforma agrária posta de lado – a revolução vermelha!) tinha como objetivo principal tornar o país auto-suficiente em matéria de alimentos. A intenção era canalizar todas as receitas da exportação exclusivamente para cobrir as importações necessárias à sua indústria. A dimensão exata desta estreita relação revelou-se na opção pela revolução verde que, como sabemos, reforçou a posição das classes rurais dominantes e os grandes latifundiários em especial, em vez de os enfraquecer.

A influência da ideologia liberal conseguiu impor as noções erradas de que era fundamental a propriedade privada da terra, de que não havia alternativa à solução ocidental (onde a classe camponesa vai desaparecendo à medida que é absorvida pelo desenvolvimento urbano capitalista) e que, portanto, a exigência de uma reforma agrária era obsoleta. O Banco Mundial introduziu a revolução verde e as formas de reforma agrária sustentada pelo mercado, como lhe chamou. A implementação de tal reforma acabou sempre num desastre – no reforço da desigualdade social e na submissão dos produtores agrícolas ao capital dominante (na realidade, era este o verdadeiro objetivo, embora oculto, destas políticas). Sabemos que as reformas agrárias sustentadas pelo mercado, desde o Brasil à África do Sul também acabaram numa farsa.

A erosão do plano nacional populista era tão inevitável

na Índia como em qualquer outro lado dadas as suas limitações e contradições inerentes. Este fato e a deslegitimação do poder que o acompanhou deu azo a uma ofensiva das forças obscurantistas apoiadas pela classe dominante 'compradora' e por uma grande parte das classes médias (cuja expansão estava a diminuir e cada vez mais cercada de dificuldades) motivadas pelo discurso e pelas manobras do imperialismo dos Estados Unidos. A viragem em 1991 para o liberalismo levou à liderança os 'compradores' do Partido do Congresso, mas os seus beneficiários políticos, como em outros lugares, eram culturalistas que encontravam um auditório aberto às suas ilusões irracionais quanto às tensões sociais e à miséria sempre presentes nas reformas liberais.

A submissão da Índia ao projeto de expansão do capitalismo global reforça tendências centrífugas e acentua as desigualdades regionais de desenvolvimento. A visão da Índia como uma grande potência é inconsistente com as exigências severas de um capitalismo global sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Quem se beneficia com o tráfico do ópio do Afeganistão?

As Nações Unidas anunciaram que o cultivo da papoila do ópio no Afeganistão cresceu brutalmente e pensa-se que vá aumentar 59% em 2006. Calcula-se que o aumento da produção do ópio tenha aumentado 49% em relação a 2005.

Amidia ocidental em coro culpa os talibãs. Dizem que a administração Bush está empenhada em reduzir o tráfico afegão de drogas. Mas, ironicamente, a presença militar dos EUA tem servido para restabelecer o tráfico da droga ao invés de o erradicar.

O Gabinete de Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), com sede em Viena, calcula que a colheita de 2006 seja 33 vezes superior ao nível de produção de 2001, com o governo talibã (3200% de aumento em 5 anos).

Segundo a ONU, em 2006 o Afeganistão vai fornecer cerca de 92 por cento do abastecimento mundial de ópio, que é utilizado para fabricar heroína.

As Nações Unidas calculam que em 2006, a contribuição do tráfico de droga na economia afegã seja da ordem dos US\$ 2,7 bilhões. O que se esquecem de mencionar é que mais de 95 por cento das receitas geradas por este lucrativo contrabando vão parar às

organizações de negócios, ao crime organizado e às instituições financeiras. Só uma pequena percentagem vai parar aos agricultores e aos comerciantes locais da produção.

Com base nos preços por

o tráfico de DROGAS constitui a TERCEIRA maior mercadoria global em termos monetários, a seguir ao petróleo e ao comércio de armamento. Uma grande fatia destas receitas de muitos bilhões de dólares é depositada no sistema bancário ocidental.

grosso e a retalho nos mercados ocidentais, os ganhos gerados pelo comércio de droga afegã são colossais.

Com base na estrutura dos preços da heroína a retalho, os rendimentos do comércio da heroína afegã serão da ordem dos 124,4 bilhões de dólares, pressupondo um grau de pureza de 50 por cento. Pressupondo um grau de pureza média de 36 por cento e o preço médio na Grã-Bretanha, o valor das vendas da heroína afegã será da ordem dos 194,4 bilhões de dólares.

Embora estes números não representem estimativas rigorosas, indicam apesar de tudo a brutal dimensão deste comércio de narcóticos de muitos milhares de milhões de dólares, exportado do Afeganistão.

Com base nos números de 2003, o tráfico de drogas constitui "a terceira maior mercadoria global em termos monetários, a seguir ao petróleo e ao comércio de armamento". (*The Independent*, 29.02.2004).

O FMI avaliou a lavagem de dinheiro global representa 2 a 5 por cento do PIB global. (*Asian Banker*, 15.08.2003). Uma grande fatia da lavagem de dinheiro global conforme as estimativas do FMI está ligada ao comércio de narcóticos.

Há poderosos interesses comerciais e financeiros por detrás dos narcóticos. Deste ponto de vista, o controlo geopolítico e militar das rotas da droga é tão estratégico como o do petróleo e das condutas do petróleo.

Uma grande fatia destas receitas de muitos milhares de milhões de dólares é depositada no sistema bancário ocidental. As atividades legais e ilegais estão cada vez mais interligadas, a linha divisória entre "gente de negócios" e "criminosos" está esborratada.

A Crise Atômica Asiática

Está cada dia mais fácil observar as mentiras que a classe dominante tenta mascarar com seu arsenal ideológico e de propaganda. Um exemplo é a justificativa de não proliferação de armas nucleares para impor duras sanções econômicas à países como Coreia do Norte e Irã. O castigo imposto pelas potências nucleares que monopolizaram a tecnologia atômica para fins bélicos põe em evidência a hipocrisia que prevalece quando o capital define a vida no nosso planeta. Os Estados Unidos, Rússia, China, França, Grã-Bretanha, Índia, Paquistão e Israel realizaram no mínimo 2 mil detonações nucleares com o silêncio e cumplicidade da ONU. Supostamente a moralidade e civilidade destes países garantem um bom uso dessas armas. Entretanto, a guerra contra o



terror' empreendida por estes países tem deixado uma longa esteira de violações dos direitos humanos.

Que nação tem qualidade moral para decidir quem tem direito a possuir ou não esta tecnologia? A classe dominante tanto das potências nucleares, quanto de países como Coreia do Norte e Ira, não sofrerá sequer um segundo. A lógica do capital irá prevalecer e a invasão americana e de seus aliados se dará somente no caso de vantagens associadas ao lucro dos dominantes deste país. Especificamente o caso da Coreia do Norte, há de se colocar na balança o interesse americano de

por barril de pólvora ao lado das outras potências concorrentes. Tudo depende das disputas e barganhas entre os EUA, Japão, China e Rússia. A condenação de milhões de pessoas à miséria é único resultado



A brutal ocupação pela Indonésia de Papuásia Ocidental, uma província vasta e rica em recursos é um dos grandes segredos do nosso tempo. Recentemente, o ministro australiano das "comunicações", senador Helen Coonam, não conseguiu encontrá-la no mapa da sua própria região, como se não existisse.

Cerca de 100 mil papuásios, ou 10 por cento da população, foram mortos pelos militares indonésios. Isto é uma fração do número verdadeiro, segundo refugiados. Durante mais de um ano, cerca de 6000 pessoas têm-se mantido escondidas na selva densa depois das suas aldeias e plantações terem sido destruídas pelas forças especiais indonésias. Hastear a bandeira de Papuásia Ocidental é "traição". Dois homens estão a cumprir sentenças de 15 e 10 anos simplesmente por terem tentado. A seguir a um ataque a uma aldeia, um homem foi apresentado como um "exemplo": foi-lhe despejada gasolina sobre a cabeça e o seu cabelo foi aceso.

Quando os holandeses concederam a independência da Indonésia, em 1949, consideraram que a Papuásia Ocidental era uma entidade geográfica e étnica separada, com um carácter nacional distinto. Um relatório publicado em Novembro pelo Instituto de História da Holanda, em Haia, revelou que os holandeses haviam secretamente reconhecido o "inequívoco princípio da formação de um estado papuásio", mas foram forçados pela administração de John F. Kennedy a aceitar um controle indonésio "temporário" sobre aquilo que um conselheiro da Casa Branca denominou "uns poucos milhares de milhas de terra canibal". Os papuásios ocidentais foram enganados. Holandeses, americanos, britânicos e australianos apoiaram um "Ato de livre escolha" ("Act of Free Choice") dirigido ostensivamente pelas Nações Unidas. Os movimentos de uma equipe de 25 monitores da ONU foram restringidos pelos militares indonésios e foram-lhes negados intérpretes.

Em 1969, de uma população total de 800 mil pessoas, "votaram" uns 1000 papuásios ocidentais. Todos eles foram selecionados pelos indonésios. À ponta de pistola, "concordaram" em permanecer sob o domínio do general Suharto — que havia capturado o poder em 1965 naquilo que a CIA posteriormente descreveu como "um dos piores assassinios em massa do século XX".

Em 1981, o Tribunal dos Direitos Humanos na Papuásia Ocidental, organizado no exílio, ouviu de Eliezer Bonay,

primeiro governador da província da Indonésia, que aproximadamente 30 mil papuásios haviam sido assassinados no período 1963-69. Pouco disto foi relatado no ocidente.

O silêncio da "comunidade internacional" explica-se pelas riquezas fabulosas de Papuásia Ocidental. Em Novembro de 1967, logo após Suharto ter consolidado a sua tomada do poder, a Time-Life Corporation patrocinou uma extraordinária conferência em Genebra. Dentre os participantes incluíam-se os mais poderosos capitalistas do mundo, liderados pelo banqueiro David Rockefeller. Do lado oposto a eles estavam os homens de Suharto, conhecidos como a "mafia de Berkeley", pois vários deles haviam desfrutado de bolsas de estudo do governo americano na Universidade da Califórnia, campus de Berkeley. Ao longo de três dias a economia indonésia foi dissecada, setor a setor. Um consórcio americano e europeu ficou com o níquel da Papuásia Ocidental; companhias americanas, japonesas e francesas obtiveram suas florestas. Entretanto, o grande prémio — a maior reserva de ouro do mundo e o terceiro maior depósito de cobre, literalmente uma montanha de cobre e ouro — foram para o gigante americano da mineração, a Freeport-McMoran. No seu conselho de administração está Henry Kissinger, ex-secretário de Estado dos EUA. A Freeport hoje é provavelmente a maior fonte única de receitas do regime indonésio: afirma-se que a companhia entregou a Jacarta 33 bilhões de dólares entre 1992 e 2004. Pouco disto chegou ao povo de Papuásia Ocidental. Em Dezembro último, 55 pessoas confirmadamente morreram de inanição no distrito de Yahukimo. O *Jakarta Post* notou a "horível ironia" da fome numa província tão "imensamente rica". De acordo com o Banco Mundial, "38 por cento da população de Papuásia está a viver na pobreza, mais do dobro da média nacional". As minas da Freeport são guardadas pelas forças especiais indonésias, as quais estão entre os mais calejados terroristas do mundo, como o demonstram os seus crimes documentados em Timor Leste. Conhecidas por Kopassus, elas foram armadas pelos britânicos e treinadas pelos australianos. As fichas das organizações de direitos humanos transbordam de provas do terrorismo do Kopassus.

Em Janeiro de 2006, 43 papuásios ocidentais chegaram à costa norte da Austrália após uma arriscada jornada de seis semanas no mar. "Sabíamos", disse Herman Wainggai, o líder, "que se os militares indonésios nos capturassem a maior parte de nós teria morrido. Eles tratam os papuásios ocidentais como animais, matam-nos como animais. Criaram milícias e jihadis para fazer exatamente isso. É tal como em Timor Leste". Em contravenção ao direito internacional, o governo australiano levou-os do continente para a ilha Christmas, a qual faz parte de uma "zona de exclusão" australiana para refugiados. Se a história dos direitos humanos não for a história da impunidade das grandes potências, a ONU deve retornar a Papuásia Ocidental, ou teremos sempre de esperar pela multiplicação de cruzes?

A transformação forçada de condições de enquadramento social em empresas rentáveis constitui um aspecto essencial do processo global de crise. A contradição capitalista entre o conteúdo material concreto e a lógica abstracta do dinheiro conduz nesta área a um ponto de ruptura. Provavelmente o mais alto grau de "eficiência" económica empresarial será atingido quando na prática nada mais funcionar. (Robert Kurz, Berlin, 17.11.2006)